



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

178

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0189153-8**  
**COMARCA** : Arcoverde -- 2ª Vara Criminal  
**APELANTE** : Carlos Francisco Alves  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADOR** : Ricardo Lapenda Figueiroa  
**RELATORA** : Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
**REVISOR** : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgílio

**EMENTA:**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONCURSO DE CRIMES. CONCURSO DE PESSOAS. APELAÇÃO DE UM CO-RÉU. RECEPÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PROVA PARA CONDENAÇÃO. FALTA DE CONSCIÊNCIA DA PROCEDÊNCIA ILEGAL DO OBJETO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INEXIGIBILIDADE DE PROVA DIRETA. DOLO CONFIGURADO POR DEDUÇÃO LÓGICA. APELO IMPROVIDO.

I – Pratica o delito de receptação dolosa (art. 180, *caput*, do CP) o agente que adquire objeto, tendo conhecimento de sua procedência ilícita, configurando-se meio idôneo de prova as confissões extrajudiciais dos co-réus e dos menores partícipes, efetuadas nesse sentido, corroboradas pelas demais provas coligidas aos autos durante a instrução criminal.

II – Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0189153-8**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos**, em **negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 01 de ~~fev~~ 2010 de 2010.

Presidente

Desª Alderita Ramos de Oliveira  
Relatora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

179

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0189153-8**

<b>COMARCA</b>	: Arcoverde – 2ª Vara Criminal
<b>APELANTE</b>	: Carlos Francisco Alves
<b>APELADO</b>	: Ministério Público do Estado de Pernambuco
<b>PROCURADOR</b>	: Ricardo Lapenda Figueiroa
<b>RELATORA</b>	: Des <sup>a</sup> . Alderita Ramos de Oliveira
<b>REVISOR</b>	: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgílio

**RELATÓRIO**

**José Marcone de Andrade Júnior, vulgo “Jean” e Carlos Francisco Alves** foram denunciados pela prática prevista no art. 288, parágrafo único<sup>1</sup>, em concurso material com art. 180, caput<sup>2</sup>, do CP e art. 1º da Lei nº 2.252/54<sup>3</sup> e **José Pereira da Silva, vulgo “Cigano”**, pela prática prevista no art. 288, parágrafo único, do CP, art. 1º da Lei nº 2.252/54 e art. 12 da Lei 10.826/03<sup>4</sup> (fls. 02/04).

Consta da peça acusatória que *na tarde do dia 16/10/2008, na Travessa Nilo Claudino Filipe, São Cristóvão, Arcoverde/Pe, policiais militares seguiram em diligência à procura do primeiro denunciado José Marcone, que teria praticado um furto contra a vítima Iracema Andrade Gorgonio da Nóbrega, na segunda-feira passada à data referida.*

<sup>1</sup> **Quadrilha ou bando**

**Art. 288** - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

**Pena** - reclusão, de um a três anos.

**Parágrafo único** - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.

<sup>2</sup> **Receptação**

**Art. 180** - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:

**Pena** - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

<sup>3</sup> **Art 1º** - Constitui crime, punido com a pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa de Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), corromper ou facilitar a corrupção de pessoa menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando, inflação penal ou induzindo-a a praticá-la.

<sup>4</sup> **Posse irregular de arma de fogo de uso permitido**

**Art. 12.** Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

180

O primeiro denunciado foi abordado em sua residência, onde foi encontrado um aparelho celular, de marca Nokia, modelo 110, objeto do furto, momento em que confessou que se associou com Raul, Filipe, Charles e outro, todos menores, com o fim de praticar crimes, utilizando armas de fogo fornecidas pelo segundo denunciado, **Carlos Francisco**, que, por sua vez, fornecia as armas de fogo pelo preço de R\$ 5,00 (cinco) reais a R\$ 10,00 (dez) reais.

Inferre-se, ainda, que na residência dos menores Charles José da Silva e Luis Felipe Bezerra Souza foram encontrados um revólver tipo garrucha de cano serrado, com dois canos e calibre não identificado e um revólver da marca INA, calibre 32, capacidade para seis munições, com número de série 285.

Na casa do denunciado Carlos Francisco foram apreendidas duas espingardas, sendo uma de fabricação artesanal, de calibre não identificado e outra, de cano calibre 36.

Os próprios menores relataram que o terceiro denunciado, **José Pereira**, participava como receptor dos produtos oriundos da prática criminosa, bem como ele teria ficado com o celular, objeto do referido furto.

Concluída a instrução criminal, o acusado **José Marcone de Andrade Júnior** foi condenado à pena de 02 (dois) anos de reclusão e 100 (cem) dias multa, pelo delito previsto no art. 180 caput, do CP.

Quanto ao delito previsto no art. 288, parágrafo único, do CP, foi condenado à pena de 01 (um) ano de reclusão e, pelo crime de corrupção de menores (art. 1º, da Lei 2 252/54), foi condenado à pena de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e 100 (cem) dias multa, totalizando a reprimenda de 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 200 (duzentos) dias multa, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto.

O acusado **José Pereira da Silva**, foi condenado à pena de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, pelo delito previsto no art. 288, parágrafo único, do CP.

No pertinente ao delito de corrupção de menores, foi condenado à pena de 02 (dois) anos de reclusão e 100 (cem) dias multa e, pelo crime de porte ilegal de armas, foi condenado à pena de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

181

detenção e 100 (cem) dias multa, totalizando a pena de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 01 (um) ano e 06 (seis) meses de detenção, no regime semiaberto, além de 200 (duzentos) dias multa.

Quanto ao acusado Carlos Francisco Alves, foi condenado à pena de 03 (três) anos de reclusão e 100 (cem) dias multa, pelo delito previsto no art. 180, caput, do CP, a qual foi substituída por uma pena restritiva de direitos, consistente em Prestação Pecuniária

Inconformado, o acusado Carlos Francisco Alves interpôs tempestivo recurso apelatório (fls.244), requerendo sua absolvição ao argumento de que inexistem provas de sua participação em alguma atividade criminosa, alegando que não sabia que o celular era objeto de furto (fls. 245/246).

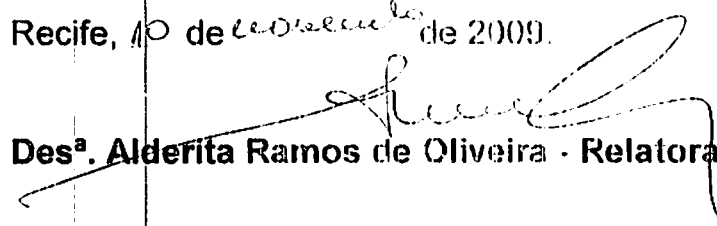
O Ministério Público ofereceu contrarrazões de apelação (fls. 250/252), pugnando pelo improvimento do recurso, haja vista estar comprovada a autoria do apelante no crime de receptação.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa, em seu parecer de fls. 275/277, opinou pelo improvimento do recurso, sustentando que há provas nos autos a demonstrar que o apelante sabia ser o bem adquirido (aparelho celular) produto de crime.

É o relatório.

A douta revisão.

Recife, 10 de dezembro de 2009.

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

24

182

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0189153-8**

<b>COMARCA</b>	: Arcoverde – 2ª Vara Criminal
<b>APELANTE</b>	: Carlos Francisco Alves
<b>APELADO</b>	: Ministério Público do Estado de Pernambuco
<b>PROCURADOR</b>	: Ricardo Lapenda Figueiroa
<b>RELATORA</b>	: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
<b>REVISOR</b>	: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgílio

**VOTO**

Carlos Francisco Alves insurge-se contra decisão prolatada pelo juiz singular, sustentando que inexiste prova suficiente para demonstrar sua participação delituosa, em concurso com os demais acusados, além do que não tinha consciência de que o produto por ele adquirido era proveniente de furto.

A materialidade e autoria do delito de receptação estão comprovadas pelo auto de apresentação e apreensão (fls. 35) e pelos testemunhos colhidos nos autos, inclusive pelas declarações dos demais envolvidos na ação delituosa, conforme adiante se vê:

Em depoimento perante a autoridade policial, o apelante declarou (fls. 24):

"(...) que conhece os menores Charles e Filipe; que o Charles ofereceu um aparelho celular ao interrogado, tendo o interrogado adquirido o mesmo, entregando um celular de menor valor e mais uma quantia de R\$ 7,00 (sete) reais; que no dia de ontem trocou o celular que havia adquirido do Charles num aparelho de som, com a pessoa conhecida pela alcunha de 'Nego', o qual reside no distrito de Cruzeiro do Nordeste; que conhece Charles há aproximadamente três anos, sendo a fama do mesmo de má índole, que anda praticando furtos, todavia, não tinha conhecimento que o mesmo praticava assaltos; que o interrogado já foi preso por roubo, quando contava dezoito anos de idade (...)." (destaquei).

Em juízo, confirma conhecer o menor Charles, envolvido na quadrilha, e ter adquirido do mesmo um aparelho celular por um valor menor do que o seu valor real, reafirmando desconhecer a procedência do objeto (fls. 193/194).

O denunciado José Marcone, em seu depoimento perante a polícia, narra o envolvimento de cada um dos participantes na atividade delituosa,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

183

inclusive o do apelante, fato este corroborado pelos menores partícipes, Luiz Filipe Bezerra de Souza e Charles José da Silva, valendo transcrição:

José Marcone de Andrade Júnior asseverou às fls. 22:

*"(...) que o cigano é que fornecia as duas espingardas apreendidas na residência do mesmo para o menor Raul e outro menor que o interrogado não sabe declinar o nome, praticarem assaltos juntamente com os menores Filipe e Charles, os quais participavam dos assaltos com as armas apreendidas na residência dos mesmos; que os menores vendiam os produtos do crime a várias pessoas, não sabendo declinar o nome das mesmas, no entanto, no dia de hoje, policiais foram a casa do popular conhecido por Carlos, o qual o interrogado não conhecia, tendo o mesmo confessado que havia adquirido um aparelho celular do Charles e o vendido para o rapaz residente no Cruzeiro do Nordeste(...)." (destaquei)*

Luiz Filipe Bezerra de Souza declarou às fls. 47:

*"(...) que com o Charles foi encontrado um aparelho celular, tendo o mesmo confessado que era da mulher que ele furtara na rodoviária, na companhia do Raul; que o Charles falou que vendeu um outro aparelho celular da vítima para um tal de Carlos, mas este disse que já havia vendido o aparelho (...)." (destaquei).*

Charles José da Silva afirmou às fls. 49:

*"(...) que o declarante confessa que furtou a bolsa de uma senhora nas proximidades da rodoviária municipal, estando naquele momento em companhia do menor Raul; que confessa que se apoderou dos dois aparelhos celulares que estavam na bolsa da senhora e queimaram a bolsa; que um dos aparelhos furtados foi recuperado em poder do 'Jean', tendo o declarante vendido o outro aparelho para um conhecido chamado Carlos, o qual foi localizado pela polícia e disse que já havia vendido o aparelho celular (...)." (destaquei).*

Muito embora os co-réus tenham negado a prática delituosa em juízo (fls. 192/193), as suas confissões extrajudiciais encontram compatibilidade com as demais provas do processo, o que demonstra o seu valor probante, a teor do art. 197 do CPP, que dispõe:

*"O valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o Juiz deverá confrontá-la com*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

184

*as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância."*

Vejamos o que a testemunha Gleison de Oliveira Gomes, por ocasião de seu depoimento perante a autoridade policial, asseverou (fls. 17):

*"(...) que no dia de hoje recebeu informes sobre o paradeiro dos indivíduos que teriam, na segunda-feira próxima passada, furtado a bolsa da senhora Iracema Andrade Gorgonio da Nóbrega, fato ocorrido próximo ao terminal rodoviário desta cidade; que encetou diligência encontrando um dos suspeitos, o senhor José Marconi de Andrade Júnior, na casa dele, o qual, ao ser abordado, confessou que praticava furtos e roubos na companhia dos menores Charles José da Silva, Luiz Felipe Bezerra Souza e de outro menor que não foi identificado; que, ao serem indagados sobre o furto da bolsa da senhora, confessaram suas participações, dizendo que quem dava suporte ao grupo era José Pereira da Silva, vulgo Cigano; que, da casa do Cigano, seguiram para a casa de Carlos Francisco Alves, o qual, segundo informações dos próprios elementos, participava como receptador dos produtos oriundos da prática criminosa, bem como que ele teria ficado com o celular furtado da senhora Iracema; que, segundo o senhor Carlos Francisco Alves, confessou que adquiria os produtos oriundos da atividade criminosa e, inclusive, teria repassado um outro celular da senhora Iracema para um rapaz que mora no distrito de Cruzeiro do Nordeste/Pe (...)" (destaquei).*

A referida testemunha, ao ser ouvida perante o juízo, narra de igual modo a versão apresentada perante a polícia (fls. 98).

A testemunha Rogenes Wesley Tavares Freitas, em sede de inquérito policial, afirma (fls. 20/21):

*"(...) que na segunda-feira, dia 13/10/2008, o declarante tomou conhecimento que houve um furto nas imediações da rodoviária desta cidade, de onde subtraíram a bolsa da senhora Iracema Andrade Gorgonio da Nóbrega, e no dia de hoje, a guarnição recebeu um informe dando a localização de um dos suspeitos do furto, identificado como sendo José Marconi de Andrade Júnior, também conhecido como Jean, o qual, ao ser abordado em sua residência, confessou a prática de furtos e roubos nesta cidade, em companhia dos menores Charles e Filipe e de outro menor que não declinou o nome, inclusive, confessou o furto da bolsa da senhora Iracema, afirmando que ratearam os objetos do furto, sendo que cada um ficou com um celular e outros objetos, os quais não informou o destino dado; que o José Marconi informou ainda que a pessoa conhecida como Cigano, de nome José Pereira da Silva, fornecia uma espingarda para que eles praticassem os assaltos; que os menores informaram*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

185

que negociaram um dos celulares da senhora Iracema com o senhor Carlos Francisco Alves, por outro celular e a quantia de R\$ 7,00 (sete) reais, o qual informou que já havia repassado o mesmo para um rapaz que mora no distrito de Cruzeiro do Nordeste (...)." (destaquei).

O depoimento da referida testemunha, em juízo, às fls. 173, está em consonância com as declarações prestadas perante a autoridade administrativa.

O que resulta indubitoso é que o recorrente tinha plena consciência da origem criminosa do bem por ele adquirido, o que se verifica pelas circunstâncias factuais em que se encontrava, bem como pela declaração do próprio apelante, ao alegar que sabia da má conduta do menor Charles, envolvido na ação criminosa, da confissão do co-réu José Marconi, quando ouvido na esfera policial, a qual, embora retratada em Juízo, encontra respaldo nos depoimentos das testemunhas, prestados por ocasião das investigações policiais e ratificados durante a fase da instrução criminal.

Por oportuno, vale esclarecer que para a configuração do delito de receptação, faz-se necessário, demonstração do elemento subjetivo, qual seja, o dolo, consubstanciado na vontade livre e consciente de praticar qualquer das condutas capituladas no art.180 do CP (receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa), sabendo tratar-se de produto de crime, circunstância essa somente percebível a partir da análise das circunstâncias que envolvem os fatos apurados, não sendo de se lhe exigir prova direta para tanto.

Como se vê, da cadeia seqüenciada das circunstâncias factuais ora narradas, observa-se que os depoimentos colhidos no curso da instrução criminal apresentam total sincronia, justapondo-se de forma concatenada e convergente, no sentido de conduzir à dedução lógica de que o recorrente cometeu o crime patrimonial que lhe está sendo imputado, não havendo, por tal motivo, que se exigir prova direta para tanto.

Outrossim, cabe destacar que, ante o princípio do livre convencimento do juiz, inexistente hierarquia entre os meios probatórios, sendo a prova indireta, quando veemente, apta para amparar a condenação.

Diante dos fatos e depoimentos supra, não há como excluir a conduta típica da receptação, prevista no art. 180, *caput*, do Código Penal, uma vez





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

186

que o apelante adquiriu objeto que sabia ser produto de crime, sendo incabível sua absolvição.

Nesse sentido, socorre-nos julgado, do teor seguinte:

"Na receptação, sabe-se que o dolo, consistente na prévia ciência da origem ilícita do bem, é de difícil comprovação, porque estágio meramente subjetivo do comportamento, devendo ser apurado das demais circunstâncias que cercam o fato e da própria conduta do agente (...) Agravo a que se nega provimento." (AgRg no REsp 908826/RS, Rel.Min<sup>a</sup>. JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em 30/10/2008, DJ de 17/11/2008)

Isto posto, em convergência com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, nego provimento ao recurso.

Recife, 09 de Fevereiro de 2010.

Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



187

<b>PROCESSO Nº:</b>	<b>0189153-8</b>
<b>COMARCA:</b>	<b>ARCOVERDE</b>
<b>VARA:</b>	<b>2ª VARA CRIMINAL</b>
<b>APELANTE:</b>	<b>CARLOS FRANCISCO ALVES</b>
<b>ADVOGADO:</b>	<b>DR. SEVERINO DOS RAMOS SIQUEIRA</b>
<b>APELADO:</b>	<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>
<b>PROCURADOR(A)</b>	<b>DR. RICARDO LAPENDA FIGUEIROA</b>
<b>ÓRGÃO JULGADOR:</b>	<b>TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL</b>
<b>RELATOR</b>	<b>DESA. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA</b>
<b>REVISOR</b>	<b>DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO</b>

**VOTO REVISOR**

Recorre **Carlos Francisco Alves**, inconformado com a sentença que o condenou à pena de 03 (três) anos de reclusão, sendo esta substituída por uma restritiva de direitos, bem como uma pecuniária de 100 (cem) dias multa, à proporção de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato.

Emerge dos autos que o apelante participava como receptor de produtos oriundos de prática criminosa.

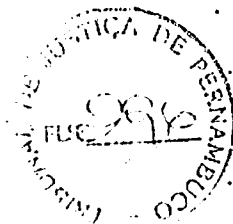
A defesa alega que não há, nos autos, provas suficientes que ensejem a condenação do recorrente, pugnando por sua absolvição.

O Ministério Público requer que seja negado o provimento ao recurso.

Ao analisar os autos, verifico que o apelante não pode simplesmente alegar que não sabia que o produto encontrado em sua posse era proveniente de crime, pois é sabido que o recorrente se ocupava em comprar e vender produtos, não se importando com a origem dos mesmos.

Ademais, é certo que o apelante tinha ciência de que o produto adquirido era proveniente de crime, tanto pela qualidade dos indivíduos que venderam, adolescentes infratores, amplamente conhecidos na cidade, bem como a desproporção do valor de mercado e o objeto comercializado.

*cf.*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

188

Por tais explanações,

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando provimento ao apelo**, mantendo a sentença de primeiro grau tal como foi proferida.

É como voto.

Recife, 09 / 02 / 2000. 10

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
Revisor